

O equívoco que custa caro: a armadilha fiscal e a saúde básica



» **ÁLVARO MADEIRA NETO**
Médico sanitarista, mestre e doutorando em administração pela EASP/FGV

» **GONZALO VECINA NETO**
Médico sanitarista, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP

O Brasil está prestes a enfrentar um debate decisivo no Congresso Nacional sobre o Orçamento de 2026 e o teto de gastos. Em agosto de 2025, inicia-se na Comissão Mista de Orçamento (CMO) a análise do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Nesse contexto de restrição fiscal, há um risco considerável de repetição do velho roteiro dos cortes lineares na saúde pública. A história recente mostra que cortar gastos na atenção primária à saúde (APS) durante crises econômicas amplifica custos sanitários e sociais, numa perversa lógica de falsa economia.

Um estudo da *The Lancet* (2024) com 4.882 municípios da América Latina evidenciou resultados claros: onde a cobertura da APS superou 70%, houve redução expressiva da mortalidade infantil, com mais de 306 mil mortes evitadas entre 2000 e 2019. Mais ainda: mesmo em períodos de recessão econômica, modelos indicam que manter ou ampliar a cobertura da APS pode reduzir em 23% as mortes infantis previstas até 2030.

Esses números deveriam guiar o debate legislativo. Apesar dessas evidências, em momentos de aperto, corta-se o orçamento da APS sob o pretexto de sua

“invisibilidade política”. Um erro que onera o país: programas de atenção básica custam menos de 1% do PIB, segundo o Banco Mundial, mas sua ausência gera interações evitáveis que consomem até 1,6% do PIB. Cada hospitalização evitada pela APS economiza R\$ 3.800 aos cofres públicos.

Mas os custos transcendem o financeiro: a APS é o porto seguro para pré-natal, vacinação infantil, controle de doenças crônicas e orientação nutricional. Retirar seu financiamento desprotege os vulneráveis e transforma problemas tratáveis em emergências hospitalares.

A experiência internacional é pedagógica: países que mantiveram ou ampliaram investimentos na APS em períodos de crise alcançaram resultados sociais e econômicos muito superiores aos países que optaram pela austeridade rígida. A Costa Rica, por exemplo, decidiu fortalecer seus investimentos em APS após a crise econômica global de 2008. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), essa decisão permitiu reduzir em 12% os anos de vida perdidos por doenças evitáveis, promovendo ganhos econômicos expressivos e melhorias reais na qualidade de vida da população. Outro caso emblemático é o Chile, que, após a crise financeira de 2008, também reforçou sua rede de atenção primária e conseguiu reduzir drasticamente suas internações hospitalares por condições sensíveis à APS.

Neste momento em que o Brasil debate suas diretrizes fiscais futuras, é fundamental entender que saúde não é um item opcional ou meramente contábil no orçamento público. Investir na APS é uma estratégia anticrise altamente eficiente, tanto em termos fiscais quanto sociais, permitindo uma recuperação econômica mais rápida, com redução das perdas produtivas associadas às doenças evitáveis e internações desnecessárias. Segundo um estudo do Instituto de

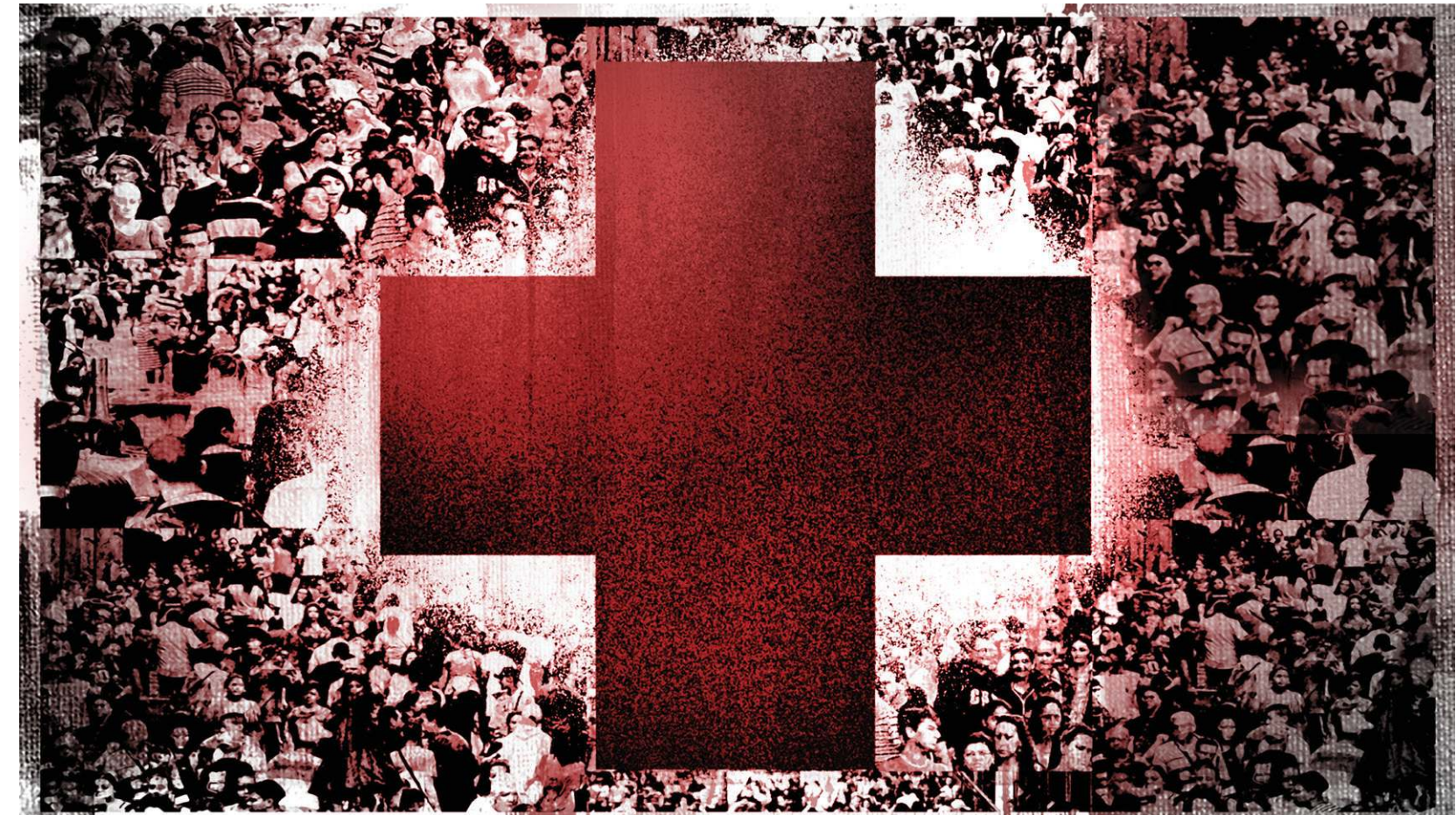
Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgado em 2022, cada real investido em APS no Brasil retornam em média quatro reais à economia, por meio de ganhos em produtividade e redução de gastos hospitalares e previdenciários.

Mais do que nunca, é hora de instituir mecanismos que blindem a APS das oscilações econômicas. Uma “cláusula de blindagem sanitária” no arcabouço fiscal poderia garantir recursos mínimos para a cobertura da atenção primária, alinhando-se diretamente aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 3, voltado à garantia da saúde e bem-estar. A Espanha já adotou um dispositivo semelhante em sua Constituição desde 2011, assegurando mínimos orçamentários para saúde e educação mesmo em períodos de crise fiscal, com resultados efetivos e amplamente documentados pelo Banco Central Europeu.

Os parlamentares precisam compreender que o investimento em APS não representa gasto supérfluo, mas um compromisso ético, econômico e social com o futuro da economia nacional. Essa consciência pública e política torna-se ainda mais necessária em um cenário pós-pandêmico, onde fragilidades na atenção básica custaram ao país vidas e recursos incalculáveis, conforme apontou relatório recente do Tribunal de Contas da União (TCU).

Portanto, ao invés da tradicional tesourada na saúde básica, o momento exige inteligência estratégica e responsabilidade social dos tomadores de decisão. Investir na APS é apostar em uma sociedade mais saudável, produtiva e resiliente. Em outras palavras, cuidar da atenção primária é a melhor política anticrise que o Brasil pode adotar.

Maurenilson Freire



O legado de Trump: a nacionalidade em xeque



» **JOSÉ HORTA MANZANO**
Empresário

Pode parecer cedo, passados apenas seis meses de governo, para falar em legado da presidência de Donald Trump. Há ainda um longo caminho até o término de seu mandato, e o cenário político dos Estados Unidos anda por demais volátil. No entanto, mesmo nesse estágio inicial, já se delineiam traços que provavelmente marcarão de forma duradoura a história americana, chegando a influenciar outros países nas décadas por vir.

Trump ascendeu à presidência com um discurso duro, inflamado e nacionalista, sustentado por métodos políticos pouco ortodoxos. Seus modos abruptos, frequentemente à margem de práticas diplomáticas e institucionais, têm deixado marca em diversos setores da vida pública americana. O estilo de governo que impõe, centralizador e inflexível com o dissenso, é próprio de quem detém grande poder e não hesita em usá-lo até os limites — por vezes, além deles.

Espera-se, naturalmente, que esse modo de governar não vire padrão. Imagina-se — e deseja-se — que futuros presidentes dos EUA abandonem a mão pesada que Trump tem imprimido à condução do Executivo. Ainda assim, seu impacto não se limitará ao tempo presente. Em alguns aspectos, pode vir a alterar, de maneira profunda, os próprios fundamentos da cidadania americana.

Um desses aspectos é o princípio de *jus soli*, o direito à nacionalidade pelo local de nascimento. Embora esse conceito esteja hoje solidamente ancorado na Constituição e na cultura dos EUA, já se vislumbram sinais de que esse alicerce pode ser abalado. Os discursos e ações do presidente em relação aos imigrantes, estudantes estrangeiros e visitantes estrangeiros não deixam dúvidas: o ideal de uma América aberta a quem nasce em seu solo está sob ameaça.

O *jus soli* — princípio segundo o qual basta nascer em território nacional para adquirir automaticamente a cidadania — é uma peculiaridade de poucos países, quase todos situados no continente americano. A razão é histórica. Quando as colônias europeias das Américas se tornaram independentes, foi necessário estabelecer critérios para definir a cidadania de cada indivíduo. Como resultado, adotou-se majoritariamente o princípio da territorialidade.

Nos Estados Unidos, o *jus soli* foi consagrado na 14ª Emenda à Constituição, aprovada em 1868, após a Guerra Civil, para garantir cidadania aos filhos de escravos alforriados nascidos em solo americano. Desde então, essa norma se manteve intocada. Países como o Brasil e praticamente todos os ibero-americanos valeram-se de regra semelhante para embasar sua política de nacionalidade.

Mas o governo Trump reintroduziu no debate político americano ideias há muito marginalizadas: o nacionalismo étnico, o apego a jus sanguinis (nacionalidade por filiação sanguínea) e a noção de que a cidadania deve ser um privilégio concedido, não um direito automático. O uso frequente de expressões como “raça americana” e a valorização de uma “herança nacional” restritiva dão pistas claras do caminho que Trump e seus apoiadores gostariam de seguir.

Se esse rumo se consolidar, os efeitos perigam

se tornar profundos e duradouros. A revogação do *jus soli* representaria não apenas uma mudança legal, mas uma transformação simbólica na identidade americana. Os Estados Unidos deixariam de ser a terra de oportunidades acessível a todos para se tornarem uma comunidade fechada, definida por laços de sangue, e não mais por um contrato social baseado na inclusão e na integração.

Mais inquietante ainda é a possibilidade real de esse modelo ser exportado. A história demonstra que movimentos políticos nos Estados Unidos frequentemente repercutem em outras partes do mundo, especialmente nas Américas. Não seria impensável, portanto, que o Brasil viesse a seguir o mesmo caminho num futuro não muito distante.

Hoje, a Constituição brasileira garante a cidadania a qualquer pessoa nascida no território nacional, ainda que de pais estrangeiros. Mas num país ao qual imigrantes já não acorrem em massa e onde o tema da identidade nacional volta e meia é instrumentalizado politicamente, uma eventual mudança nesse sentido poderia passar quase despercebida. A substituição de *jus soli* por jus sanguinis não afetaria a maioria da população no curto prazo, o que tornaria a transição mais palatável — em todo caso, menos exposta à contestação.

Assim, o legado de Trump pode se estender muito além de suas fronteiras e de seu tempo na presidência. Ao desafiar princípios centrais do ideal democrático americano, o ex-presidente contribui para o enfraquecimento de valores universais como a inclusão, a igualdade e o direito de pertencer. Se a cidadania passar a ser tratada como um privilégio hereditário, não como um direito civil, estaremos diante de uma regressão histórica cujas consequências serão sentidas por gerações.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circacunha.df@adabr.com.br



Mundo fake

Quão fake e fantasiosos seriam os serviços e produtos oferecidos ao público em geral, sobretudo aqueles que são colocados à venda para uma pequena minoria de pessoas abastadas, para as quais dinheiro não é problema. É então que a busca por status e por produtos e serviços exclusivos levam esses consumidores privilegiados a se tornarem presas fáceis nas mãos de empresas e empresários gananciosos, que literalmente seguem vendendo e ofertando gatos por lebres.

Embalado em finos adereços e dispostos, pretensiosamente, em cenários chiques, o que não passaria por ser um produto comum e barato é colocado nessas verdadeiras ratoeiras apenas para fugar os incautos. Para tanto, mudam o nome do produto, colocando outro mais palatável e, se possível, carregado de francesismo. Dessa forma, o elementar arroz misturado com ovo, prato predileto dos mais pobres dos brasileiros, passa a ser servido com nome exótico de “riz mēlangé avec des oeufs dur ou riz d’ouefs”.

O que os botecos venderiam por R\$ 10 aos transeuntes, nesse cenário chique não sairia por menos de R\$ 150, sem os serviços. A mesma calça jeans, que nas lojas populares não custa mais do que R\$ 110, é vendida em lojas de endereços renomados, pela bagatela de R\$ 900, bastando ao espertalhão mudar apenas a etiqueta da marca. Assim, esse mundo fantasioso e fake, bancado por quem se ilude com o luxo, sobrevive e prospera graças à esperteza de alguns.

Nada é o que parece, e o que parece não é nada, apenas uma fantasia desse mundo cada vez mais fake. O que poderia ser um retrato ácido e realista de uma engrenagem que movimentaria bilhões, sob o pretexto do “exclusivo”, não passa de enganação. Uma enganação lucrativa e, aparentemente, dentro da lei. A economia do supérfluo sofisticado gira em torno de uma lógica perversa: não é o valor intrínseco do produto que importa, mas a narrativa construída ao seu redor. Quanto mais rara, inusitada ou instigante for essa narrativa, maior o valor percebido pelo consumidor de luxo — mesmo que, no fundo, o que esteja sendo comprado seja apenas um produto ordinário com embalagem de fantasia.

A elite consumista, em busca constante de distinção social, torna-se presa fácil dessa armadilha. Muitas vezes, o desejo não é possuir algo de qualidade superior, mas algo que os outros não tenham. Essa lógica de exclusividade empurra consumidores para escolhas irracionais, em que o valor simbólico se sobrepõe ao valor real. Nessa dinâmica, um café coado com grãos comuns pode se transformar em “infusão artesanal de arábica de origem controlada”, custando 10 vezes mais. Um prato simples de picadinho de carne servido em pratos de louça importada e regado a discursos vazios de sofisticação com gosto de molho de pacotinho vale uma cesta básica e meia. É o que o sociólogo francês Pierre Bourdieu chamou de distinção: um mecanismo de diferenciação cultural que serve para demarcar classes sociais. Marcas e empresários se aproveitam disso e atuam como verdadeiros ilusionistas que substituem o conteúdo pela embalagem, o sabor pela aparência, a utilidade pela ostentação.

Mais grave ainda é quando essa lógica ultrapassa o campo dos produtos e entra nos serviços: clínicas estéticas que prometem o impossível, experiências sensoriais supostamente únicas, pacotes de viagens absurdamente caros que oferecem pouco além de um nome de impacto. Tudo é vendido como “inesquecível”, “personalizado”, “exclusivo”, mas, na prática, é apenas mais do mesmo, embrulhado em papel de presente luxuoso.

Na verdade, o problema não está só na astúcia dos vendedores, mas na credulidade dos compradores, que participam desse jogo voluntariamente e “se achando”. Essa cumplicidade silenciosa alimenta um mercado que vive de aparência, status e desejo, não de substância. Em última análise, esse mundo fake é sustentado por um teatro de vaidades. Um teatro caro, vazio e, muitas vezes, patético, onde a autenticidade foi substituída por etiquetas, e o bom senso por cifrões.

O luxo verdadeiro — aquele que representa excelência, história, técnica e arte — é cada vez mais raro. No lugar dele, proliferam vitrines falsas, promessas ocas e produtos que são, na essência, meros “arroz com ovo” disfarçados de caviar. “Eu, minha alma, envie para o espaço sem fim para um traço aprender nos destinos do além, minha alma devagar foi retornando a mim e me disse: eu sou o céu e o inferno também” — registra Omar Khayyam no livro *Rubaiyat*. De fato, os homens são o céu e o inferno de si mesmos, e tudo ao mesmo tempo, luxo e lixo, tudo num mesmo produto.

A frase que foi pronunciada:

“O valor do homem é determinado, em primeira linha, pelo grau e pelo sentido em que se libertou do seu ego.”

Albert Einstein

História de Brasília:

O nome empregado na maioria dos golpes foi do servidor Barros de Carvalho, e os chantagistas conheciam tanto seus hábitos que, falando pelo telefone para sua residência, recomendavam com insistência para que quando fizessem a mala não esquecessem dos remédios. (Publicada em 6/5/1962)